

Educação e Formação Continuada



A EXTENSÃO NO IFPE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM EMPIRISTA: DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE, CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PESQUISA E NO ENSINO.

The extension on the OPSI from an empiricist approach: development, sustainability, culture and its implications for research and teaching.

Cláudia da Silva Santos*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Av. Prof. Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária – Recife/PE – CEP. 50740-540

Sérgio Gaudêncio Portela de Melo

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco Av. Prof. Luiz Freire, 500 - Cidade Universitária – Recife/PE – CEP. 50740-540 / SENAI

George Gaudêncio Melo

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco- *Campus* Caruaru

INTRODUÇÃO

A Extensão desenvolvida no Instituto Federal constrói-se com argumentos teóricos e empíricos na perspectiva da interlocução com o Ensino e a Pesquisa, conforme prevê o Plano de Extensão (2009) e as estratégias metodológicas dos projetos de intervenção desenvolvidos nos contextos rurais e urbanos na perspectiva de materializar parte do Projeto Político Pedagógico e atender a missão institucional, além de buscar contribuir com o desenvolvimento sustentável de Pernambuco, minimizando os aspectos de exclusão social.

Trata-se também de incentivar novas relações que se estabelecem e se imbricam, através da Extensão, em que o conhecimento, produzido no interior dos seus 9 *campi*, chega à sociedade. A teoria nasce na prática e a ela retorna com a difusão da produção científica sendo realizada empiricamente nas comunidades, nos assentamentos, promovendo e empoderando, nessa práxis, processos de cidadania, cultura, sustentabilidade e desenvolvimento. As políticas, traçadas no âmbito do IFPE, têm uma dimensão que articula e consolida o envolvimento das áreas acadêmicas, cujos resultados se refletem na afirmação da identidade do IFPE como IES e espaço privilegiado de inclusão da Extensão em seus componentes curriculares.

Nessa trilha, a Extensão se configura em um lócus de formação e de atuação de oportunidades em que é possível reunir os componentes das diversas disciplinas com o objetivo de vislumbrar, no empírico, processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas e matrizes teóricas e propostas metodológicas, a exemplo dos pressupostos de Paulo Freire (1999) sobre inclusão, cidadania e educação. Assim, possibilita, tanto a docentes/servidores técnicos administrativos quanto a discentes, uma interessante experiência formativa, que, em muitos casos, são também geradoras de pesquisas. É uma retroalimentação da circularidade do Ensino e da Pesquisa (CALDERÓN, 2010).

Contemplando, portanto, novas articulações e trajetórias com o conhecimento dos educandos,

solicitam-se intervenções em seu meio, na comunidade, nas questões cognitivas, afetivas e sociais que afetam e constroem processos de novos saberes e novas aprendizagens. Juntos, orientadores e orientandos encontram novos caminhos em busca de conhecimentos e descobertas, pois a Extensão possui, também, um caráter de investigação. Enseja desde metodologias do ensino e da pesquisa perpassando pelos desafios da formação extensionista para se deparar com os desafios do século XXI. Como sinalizam Callou e Tauk (2013) são eles: os novos sentidos do rural, o agronegócio, o artesanato, o turismo rural, os serviços, as indústrias e os novos sentidos do rural.

Destaca-se a relação entre cultura e desenvolvimento que vem assumindo, crescente e aceleradamente, um lugar de destaque na agenda contemporânea. Está claro que, nessa perspectiva, falamos de cultura no seu conceito mais pleno. Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social, indispensável a qualquer projeto de nação. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas. Para tanto, é preciso o convencimento político que assegure o necessário deslocamento da cultura, nas agendas governamentais, da posição subalterna a que costuma estar relegada à condição de questão estratégica.

Nosso desafio é, para efeito das exposições contidas neste artigo, realizar um recorte nas experiências e vivências do Instituto Federal de Pernambuco num exercício permanente de avaliação e construção para auxiliarmos nos processos de emancipação, cidadania e conscientização dos estudantes, servidores (docentes e técnicos administrativos) e comunidades. Dessa forma, sinalizando os desafios e fomentando os desenvolvimentos local e humano. Os exemplos escolhidos revelam as políticas do IFPE para a dimensão, assim como fomenta o debate acerca da Extensão no meio acadêmico.

Busca-se produzir conhecimento teórico e prático assim como o reconhecimento público do papel da Extensão, no enfrentamento de questões sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que evidencia o Ensino e a Pesquisa. Trata-se de um processo de discussão permanente e de debates internos sobre as estratégias e as políticas a serem desenvolvidas nas comunidades, com um olhar e práticas voltados à formação e novos educandos, de novos extensionistas. Ampliam-se o visível e o invisível dos cotidianos, com releitura do social, e estabelecem-se conexões entre os diversos atores, ensejando novas possibilidades nessa dimensão privilegiada.

Nesse percurso, as políticas e a institucionalização vão definindo e intensificando as ações criadas e desenvolvidas na Extensão. Legado histórico das antigas autarquias que se consolida em um mosaico de configurações, tornando-se uma. Essas políticas resultam das necessidades estruturais de produção e reprodução da Instituição, em parceria com as realizações dos trabalhos de Extensão. Evidencia-se, pois, que a dinâmica das políticas institucionais situa-se na confluência: a socialização dos saberes e as condições propiciadas pelo IFPE na concepção e aplicação do desenvolvimento dos projetos de Extensão.

Percebe-se o sentido social da Extensão Rural e das condições para o estabelecimento de novas relações sociais no campo, tendo o homem como sujeito da mudança e desse desenvolvimento. São muitas as perspectivas e as concepções para a compreensão desses cenários complexos, processos

em construção, outros em etapas de (re)elaboração que se inserem de forma orgânica no cotidiano institucional, influenciados por marcos de organização embasados em compromissos nos âmbitos interno e externo do IFPE. Nesse campo, destaca-se a importância social da própria Instituição, da gestão, da cultura e do envolvimento de sua comunidade acadêmica.

O Plano Nacional de Extensão (2000) sentencia: “A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora com a sociedade”. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Instituição, educadores (docentes/servidores técnicos administrativos) e discentes trabalham em aprendizado que, submetido à reflexão teórica, é acrescido a novos conhecimentos, possibilitando uma retroalimentação dos saberes (SANTOS, 2009).

A Extensão, desenvolvida no âmbito dos Institutos Federais¹, fomenta as políticas públicas, sobretudo aqueles trabalhos que trazem contribuições acadêmicas aos campos de estudos, ao aproximar abordagens teórico-metodológicas de outros componentes disciplinares para renovar e contemporanizar o ensino, a pesquisa e a extensão. O Plano de Extensão enfoca que, por essas vias, ocorre a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular. A consequência é a própria produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades local, estadual, brasileira e a efetiva participação das Instituições que a desenvolve.

Compreender que as Políticas de Extensão são uma fração das Políticas Institucionais, e, sobretudo, na redefinição dos objetivos, conteúdos e métodos do nosso sistema educacional, a partir dos diálogos estabelecidos e retroalimentados com a sociedade e o mundo produtivo. De fato, a Extensão transcende os “muros institucionais” levando e trazendo conhecimento, numa relação dialógica de aprendizado constante e contemporâneo.

O compromisso, portanto, por parte das Instituições, reside ainda no auxílio à construção da cidadania, num oferecimento de oportunidades educacionais à população historicamente marginalizada desse direito social. Concebido, também, como acesso ao saber, elo de ligação entre produção acadêmica e as necessidades da sociedade (NEVES, 2005). O reconhecimento público do papel da Extensão, no enfrentamento de questões sociais, ao mesmo tempo evidencia o Ensino e a Pesquisa, pelas formações de nossos educandos em debates e agendas permanentes num processo de discussão interna sobre estratégia e políticas a serem desenvolvidas nas comunidades.

Para Souza (2010) é pertinente rever as atividades de Extensão na academia, com o intuito de fortalecer iniciativas politicamente vinculadas aos processos de transformação social. “Também de fortalecer iniciativas que possam ampliar a democratização das relações e potencializar espaços públicos construídos desde o ambiente acadêmico, e direcionados à participação efetiva da comunidade local.”

1. A palestra “A Extensão na Rede Federal: possibilidades e dimensões” foi proferida pela professora Cláudia Sansil no evento Reditec 2010, no município de Ipojuca. Naquela ocasião, as ações realizadas em cada Instituto compuseram um balanço da Rede. Destaque dado a articulação entre cultura e Extensão ampliada.

Num mundo conceituado como globalizado, atua-se, com a Extensão, na perspectiva da glocalização, ou seja, sermos globais, mas agirmos localmente, privilegiando esse último espaço, o local. A Extensão, portanto, propicia algo de valiosa importância: a necessidade da formação de um docente reflexivo capaz de questionar suas ações e analisar a própria prática educativa, encontrando novas alternativas para o processo de ensino. Esse processo reflexivo, vivenciado em grupos de professores, resulta na melhoria da prática profissional, fazendo com que esses docentes se sintam valorizados e que tenham um espaço para serem ouvidos (CARRARO, 2009).

Compreendemos, portanto, que as práticas da Extensão encontram ressonância nas práticas pedagógicas dos educadores do Instituto Federal. E, nessa perspectiva, vemos a prática do trabalho grupal com essa categoria, com a ênfase na abordagem uma estratégia de intervenção buscando contribuir para uma reflexão mais consciente e crítica da atividade da docência no contexto dos *campi* do IFPE, consolidando a pesquisa-ação.

A Extensão é uma prática que possibilita e revela a inserção social da comunidade acadêmica em contextos culturais, econômicos, sociais e políticos. Esses contextos integram as relações sociais no interior da academia, mas, além muros, os processos pedagógicos críticos e as negociações políticas são construídos a partir do diálogo, das provocações, das inquietações sobre a função social das Instituições e da responsabilidade profissional formadora. É a perspectiva de Guatarri (2009), antes de sermos individuais, somos coletivo. E, também, enquanto historicamente sujeitos de interação.

Assume, portanto, a Extensão ser uma dimensão auxiliadora ao educador na tarefa de provocar seus educandos a motivação, as causas do social, as situações de inclusão, o conhecimento, integração entre eles e o educador, um encontro com o conhecimento teórico e as situações do cotidiano. Ou seja, existe a oportunidade em se trabalhar conteúdos previamente programados ou surgidos no encontro professor/aluno/aluno/professor. Nesse método, o professor atua num grupo como uma unidade e possibilita co-responsabilidades e o sentimento de pertença nas localidades e dos próprios extensionistas.

A EXTENSÃO RURAL

Esse movimento campo/rural brasileiro tem o registro no Brasil, com maior ênfase, na década de 90. Naquele período, a Extensão passa a ser desenvolvida mediante um frente universitária bastante atrelada ao campesinado e, conseqüentemente, aos movimentos sociais e, especificamente, ao dos trabalhadores rurais. Alguns professores e alunos estiveram inseridos em programas de Extensão vinculados ao Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA).

Daquele período até o século XXI, houve significativas alterações, mas a manutenção da relação entre campo-cidade, mediada pela academia e troca de saberes científicos e a cultura popular, permaneceria ancorado em paradigmas.

A Extensão Rural no IFPE se constitui numa estratégia mais ampla, na tentativa de tornar mais unidas as ações dos três *campi* agrícolas. A Extensão Rural inclui-se num protagonismo a ser empoderado pelo IFPE, na tentativa de ampliar as ações no campo e, nessa perspectiva, englobam-se as políticas sociais, considerando seus movimentos, a exemplo do MST – Movimento dos Sem Terra. Priorizar as ações que possam possibilitar uma melhor convivência com o semiárido. E, nessa linha, criamos o Fórum de Convivência com o Semiárido² com vistas a desenvolver ações no caminho de minimizar a seca e oferecer tecnologia, além de solidariedade e ações de combate e convivência.

As culturas populares, compreendidas a partir dos estudos de recepção de Martín-Barbero, não são conceituadas por sua autenticidade ou beleza, "mas sim por sua representatividade sociocultural, sua capacidade de materializar e expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas [...]" (MARTÍN-BARBERO, 1997). Este entendimento assume na pesquisa de Extensão Rural em sua relação com o desenvolvimento local, um foco relevante, pois a dimensão cultural é considerada, por alguns autores, dentro de um complexo multidimensional do desenvolvimento local, isto é, econômico, social, ambiental e político.

Canclini (1997) também defende a participação popular ao sentenciar:

“Perceber que as transformações culturais geradas pelas últimas tecnologias e por mudanças na produção e circulação simbólica não eram responsabilidade exclusiva dos meios comunicacionais induziu a procurar noções mais abrangentes. Como os novos processos estavam associados renascimento urbano, pensou-se que a cidade podia transformar-se na unidade que daria coerência e consistência analítica aos estudos. Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural.”

Destaca-se e indaga-se: o que significa para as culturas latino-americanas cujos países que, no começo do século, tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades, concentrem, desde o século XX, 60% e até mais nas aglomerações urbanas.

Quais fatores proporcionaram essa nova configuração? Canclini responde:

“Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação.”

E nessa lógica da valorização do popular, dos aspectos culturais e das novas ruralidades, os trabalhos, realizados nos *campi* do IFPE, buscam desvelar e promover uma articulação com os movimentos sociais de trabalhadores rurais em assentamentos. São projetos realizados em assentamentos, localidades bem características da ruralidade. Muitas dessas ações culminam em atividades de Pesquisa, cuja continuidade desemboca em investigações e na própria formação continuada com vieses culturais. Assim, na atuação em comunidades, se fortalece a Extensão Rural desenvolvida nos *campi* agrícolas.

2. Portaria GR, cujas ações vêm sendo socializadas com os atores sociais, governo e o próprio IFPE.

Santos (1999), concorda com Peruzzo (1998) e defende a participação popular nos domínios da produção, planejamento e gestão como processo de democratização e conquista dos direitos humanos, com potencialidade de ajudar a formular novos valores culturais e políticos. Nessa configuração, leva-se em conta a ordem social, política e econômica em que estão inseridos num processo de descobertas entre homem e comunidade identificações com tudo aquilo que se resulte compatível com a sua dignidade e cidadania, propiciando sua realização.

No dizer de Freire (1972) o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante, implica invenção e reinvenção. Significa, ainda, a importância da cultura no desenvolvimento local pretendido pela Extensão Rural contemporânea. Ou seja, uma proposta de desenvolvimento em bases extensionistas com sustentabilidade cultural.

O desenvolvimento local passa pelo esforço de mobilização dos organismos capazes de planejar políticas públicas que atendam as necessidades dos municípios e se respaldem nas suas particularidades para transformá-las em potencial de negócio, objetivando a geração de renda à população local. Ainda de acordo com Santos (1999), a comunidade assume papel fundamental, pois, para que o desenvolvimento possa existir, é preciso ser contemplada a participação coletiva e individual dos atores desse processo. É necessário buscar seus interesses individuais, sem perder de vista o coletivo e no coletivo não abrir mão dos objetivos particulares. Cabendo, nesta perspectiva, a esses atores, uma cooperação entre as diversas partes que formam o todo social com vistas aos mesmos objetivos.

Jara, por exemplo, traduz essa multidimensionalidade em várias preocupações com: o presente e o futuro; a produção e o consumo de bens e serviços; a necessidade básica de subsistência; os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; as práticas decisórias e a distribuição de poder. Ao tratar da dimensão cultural no desenvolvimento, o autor ressalta que se "deve combinar os interesses com os valores culturais e as decisões com crenças para ativar os processos de inovação" (JARA, 2002).

As ações realizadas, enquanto projeto de intervenção no âmbito da Extensão Rural, podem contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade cultural das comunidades onde os *campi* agrícolas estão inseridos e toda a circunvizinhança. Acredita-se que atividades culturais e linguagens artísticas com intervenções desses projetos, além de exercer um papel fundamental na reintegração social e na reflexão crítica, também são capazes de recuperar a autoestima e o sentimento de pertencimento comunitário.

Percebemos, assim, o importante papel atribuído às Instituições de Ensino Superior, em nosso caso específico, aos IFs, exercido pela Extensão, cujas atividades são a interlocução entre as IES, os demais atores sociais e as dimensões da Pesquisa e do Ensino. Freire considera os seres humanos como seres de relações: "este ser "temporalizado e situado", ontologicamente inacabado – sujeito por vocação, objeto por distorção –, descobre que está só na realidade, mas também com ela. Realidade que é objetiva, independentemente dele, possível de ser reconhecida e com a qual se relaciona (FREIRE, 1979).

É buscar atender as demandas pautadas pelo desenvolvimento responsável, a economia solidária e a sustentabilidade planetária, temas de uma agenda diária. É ainda a Extensão auxiliando no compromisso com a cidadania. Com as ações extensionistas, criam-se incubadoras, cooperativas, fóruns, jornadas, encontros, caravanas de extensão, diversos tipos de eventos (em parceria com a Pesquisa, culturais, esportivos entre outros), são ações direcionadas e trabalhadas coletivamente para o atendimento às comunidades.

Destacamos, no entanto, que essas políticas resultam tanto das necessidades estruturais de produção e reprodução da Instituição em parceria com os realizadores dos trabalhos de Extensão. Evidencia-se, pois, que a dinâmica das políticas institucionais se situa na confluência: socialização dos saberes e as condições propiciadas pelo IFPE na realização dos projetos extensionistas.

Dinâmica societária do século XXI que busca aprimorar as relações sociais democráticas e ampliar a articulação entre as comunidades. As dimensões da Extensão, concebidas por Calderón (2010) são: Ética, Formadora, Acadêmica, Didático-Pedagógica, Cooperadora, Estratégica e Acolhedora. A extensão, portanto, é uma prática que revela a inserção social da comunidade acadêmica em contextos culturais, econômicos, sociais e políticos. Nasce dos diálogos, das inquietações, dos embates a responsabilidade de todos os atores em desenvolver seus papéis dessa importante e salutar dimensão.

EXTENSÃO: CULTURA E SUSTENTABILIDADE

No âmbito cultural, a Extensão constitui espaço significativo e importante à formação dos educandos enquanto cidadãos na perspectiva da construção da subjetividade que engloba o conhecimento/saber. A ênfase teórico-política, portanto, é a Extensão como valorização do humano, assim como defendia Freire (1985) ao afirmar a importância do diálogo educador-educando, da escuta para a posterior tomada de decisão em conjunto em prol do coletivo.

Vejamos a dinâmica dessa construção para Freire:

“o que proponho é um trabalho pedagógico que, a partir do conhecimento que o aluno traz, que é uma expressão da classe social à qual os educandos pertencem, haja uma superação do mesmo, não no sentido de anular esse conhecimento ou de sobrepor um conhecimento a outro. O que se propõe é que o conhecimento com o qual se trabalha na escola seja relevante e significativo para a formação do educando”(FREIRE, 2000).

Em Martins (2010), a Extensão é a esfera dinâmica justamente porque, do ponto de vista regulatório, é a instância menos “amarrada” do cotidiano acadêmico. É a instância em que está em estreita relação com as comunidades interna e externa às Instituições de Ensino Superior. As negociações que integram os programas da área não estão restritas à academia.

Concordamos com Moita e Andrade (2009) quando afirmam que a Extensão e o Ensino não são acessórios da Pesquisa, mas continuação natural dessas outras dimensões, se a produção científica

do conhecimento quiser ser efetiva e intervir para modificar a realidade estudada, voltando a enriquecer-se, nesse processo, por dela alimentar-se continuamente. E, nesse sentido, transformar estudantes em verdadeiros agentes culturais, construindo sociabilidade dentro das culturas, atuando em comunidades rurais, indígenas e remanescentes de quilombolas; preservando seus patrimônios materiais e imateriais, de maneira ativa no cenário social e político, evidenciado-se a dimensão da cultura, defendendo o simbólico nessa construção e ampliando o sentimento de pertença às localidades assistidas.

Sachs (1992) *apud* Loureiro e Callou (2007) também compreende que a noção de sustentabilidade não se limita apenas à problemática ecológica e ambiental. Tanto que subdivide a ideia de sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, política, espacial e cultural. Para o autor, a sustentabilidade cultural deve ser analisada no planejamento do desenvolvimento sustentável, por representar um novo paradigma da sustentabilidade.

Ele assegura que seus referenciais metodológicos possibilitam à sociedade acompanhar o ritmo da capacidade dos recursos naturais, com a finalidade de atingir a harmonia entre seres humanos e a natureza. Constata-se, portanto, que a operacionalização da sustentabilidade cultural:

“Busca de raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura, de cada local” (SACHS, 1992).

Nesse sentido é fundamental considerar, tanto a dimensão cultural no desenvolvimento local sustentável (ao caracterizá-la pela valorização das diferenças, valores e saberes locais de cada população), quanto à ecológica, no seu aspecto imediato e/ou futuro. O desenvolvimento sustentável, segundo os pesquisadores em Agroecologia³ Costabeber e Caporal (2006), é classificado nas dimensões sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em sintonia com o meio ambiente e com os valores éticos e políticos.

Para esses autores, a sustentabilidade deve ser estudada como uma busca incessante de pontos de equilíbrio numa perspectiva multidimensional de uma pirâmide constituída pelas seguintes bases: ecológica, econômica, social (primeiro nível); cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível). Na ênfase à dimensão cultural, são consideradas as atitudes respeitadas para com a cultura local (os valores, os conhecimentos, os saberes), e ressaltam que esta dimensão

3. A palavra Agroecologia foi utilizada pela primeira vez em 1928, com a publicação do termo pelo agrônomo russo Basil Bensin. O entendimento da Agroecologia enquanto ciência coincidiu com a maior preocupação pela preservação dos recursos naturais nos anos 60 e anos 70. Os critérios de sustentabilidade nortearam as discussões sobre uma agricultura sustentável, que garantisse a preservação do solo, dos recursos hídricos, da vida silvestre e dos ecossistemas naturais, e ao mesmo tempo assegurasse a segurança alimentar. Só depois de 1970, quando agrônomos passam a enxergar o valor da ecologia nos sistemas agrícolas, que o termo começa a ser mais explorado e a Agroecologia trabalhada com mais afinco, pois passa a ser entendida como campo de produção científica e como ciência integradora, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. Acessado em 24/06/13

deve ser analisada como ponto de partida nos projetos de desenvolvimento.

Apesar da importância da dimensão cultural no desenvolvimento local sustentável, Martinell diz haver uma carência de pesquisa que evidencie a importância e a valorização da dimensão cultural, tanto dos aspectos quantitativos, quanto dos qualitativos. De acordo com o autor, existe uma dificuldade em atribuir um valor ao retorno das políticas culturais, ou seja, "calcular a rentabilidade social da cultura", enfatizando a necessidade de aferir os benefícios intangíveis das políticas culturais (MARTINELL, 2003).

Já Canclini (2003) chama atenção para a necessidade de promover o capital cultural de nossas sociedades, embora diga que "não se trata de acreditar que vamos nos salvar pela cultura". Corroborando Freire (1980) construir uma narrativa reflexiva ao considerar a condição humana a partir de sua própria vivência no mundo. Conceber, assim, a educação como instrumento necessário à luta pela superação das condições existenciais desumanizantes. Na visão freireana, o processo educativo deve atuar na direção de fazer com que os seres humanos despertem criticamente para o desvelamento da sua realidade e possam transformá-la a partir de sua práxis (MENDONÇA, 2008).

Segundo ainda Martinell, a valorização da cultura no setor público é imprescindível para consolidação da democracia, consequentemente, promoção do desenvolvimento local. Para o autor, os neoliberais costumam defender que o Estado não deve intervir na cultura, atribuindo-lhe falta de competência. Ainda assegura a necessidade da intercessão do poder executivo, afirmando que ao "deixar a cultura nas mãos do mercado 60% ou 70% das formas expressivas desapareceriam" (MARTINELL, 2003).

No campo empírico, outro exemplo na perspectiva do desenvolvimento sustentável é o movimento do comércio solidário, ou comércio justo, que visa oferecer oportunidades de desenvolvimento a pequenos produtores das regiões, nas quais aplicamos o Programa Mulheres Mil, cujas interlocuções e intervenções têm contribuído para novas reflexões e ações no Instituto. Dessa forma, o IFPE atua e dispõe de 20 programas de Extensão⁴, 15 programas institucionais e atendimento a mais de 50 comunidades. Mais adiante detalharemos algumas dessas práticas, que nos auxiliam a materializar as teorias vistas em sala de aula e laboratórios em prol do bem-estar do cidadão. Sucintamente, elencaremos os projetos desenvolvidos nos *campi* do IFPE:

PROGRAMA MULHERES MIL: GÊNERO E CIDADANIA NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Iniciado, em abril de 2007, com o objetivo de fortalecer a inclusão social e a formação profissional de mulheres desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste, buscando incrementar seu potencial produtivo e a consequente melhoria das condições de vida de suas famílias, de

4. Dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Extensão – Proext - do IFPE.

suas comunidades a partir do crescimento econômico sustentável (Relatório da Visita Técnica ao Canadá, Missão Brasil-Canadá, 2007).

No ano de 2012 todos os *campi* do IFPE passaram a desenvolver o programa, que se tornou uma política pública e passou a ser replicado em todo o território nacional. O Instituto participou de todas as chamadas públicas do MEC/SETEC, conseguindo êxito em todos esses editais, e até o primeiro semestre de 2013 contabilizava mais de 500 mulheres formadas em áreas de: corte e costura, cabeleireiro, panificação, conservação de frutos, cuidadora de idosos, perfumaria, entre outros cursos. Ao todo são mais de 30 possibilidades de formação distribuídas em nove unidades do IFPE.

As mulheres, envolvidas no programa, possuem algumas aspirações: aumento da escolaridade, melhoria das condições de vida e inclusão no mercado de trabalho, aumento da renda familiar e aumento da consciência cidadã através das práticas de empreendedorismo, cooperativismo e associativismo. Todas relacionadas ao aprendizado e ao fortalecimento de ações de extensão envolvendo comunidades carentes e produção científica com a participação dos alunos, servidores administrativos e professores (SANTOS, 2011).

Cabe lembrar que esse programa conecta conhecimentos prévios, aprendizagem e cidadania. Circunscreve em suas práticas teorias e experiências, buscando ampliar saberes e melhor compreensão do mundo em que as alunas estão inseridas. Algumas, enfaixadas por uma realidade de violência doméstica, consumo de drogas e prostituição, encontram-se recomeçando uma “nova vida” devido à Educação. O programa se configura, portanto, também como uma ação educacional e de resgate.

Campus Barreiros: musicalizando a mata sul

Nessa ação, são oferecidas aulas individuais de clarinete e aulas coletivas de prática de conjunto (duetos, trios e quartetos) para músicos clarinetistas da comunidade de Barreiros. O curso tem duração de um ano letivo e cada intervenção se orienta a partir de uma pedagogia sócio construtivista, baseada no legado de Vygotsky, Piaget e Paulo Freire.

A vivência dessa prática desenvolve no músico as competências de líder e acompanhante, em momentos diversos de uma mesma obra musical, contribuindo dessa maneira para o equilíbrio da interpretação musical. Proporciona o estudo das técnicas que fundamentam a execução do clarinete, desenvolvendo assim aspectos técnicos, artísticos e práticos referentes à sua execução e contribui para a qualificação das bandas e conjuntos musicais da cidade de Barreiros. O projeto auxilia, também, candidatos à prova específica de música do vestibular para ingresso no Curso Técnico.

Campus Belo Jardim: a ginástica rítmica no agreste pernambucano

Um grupo de docentes e estudantes realiza trabalho para modalidade com um grupo de alunas dos diversos cursos oferecidos no campus, com o objetivo de divulgar e expandir na modalidade no município. Este projeto tem favorecido aos participantes a ampliação da base de habilidades

motoras para as mais diversas práticas esportivas, a descoberta de talentos e também tem oferecido ferramentas necessárias às alunas bolsistas. Assim, elas podem tanto exercer um trabalho voluntário de intervenção social, como também desempenhar uma função remunerada. Há, ainda, crianças integrantes, que tiveram várias oportunidades de participar em eventos, principalmente pela divulgação através das diversas modalidades de mídias: jornais impressos, eletrônicos e televisivos.

Campus Caruaru: 5s nas práticas desenvolvidas pelos artesãos do alto do moura

Algumas atividades de artesanato desenvolvidas, no alto do Moura, podem trazer sérios danos à saúde dos artesãos como, por exemplo, as peças queimadas em rústicos fornos circulares, com lenha do Sertão. O impacto através da queimação das peças pode comprometer a saúde dos moradores, devido à produção de fumaça no processo. Além disso, após a fase de queimação das peças, vem a etapa da pintura, com uso de tintas à base de querosene, sendo prejudicial à saúde podendo causar infecções respiratórias, problemas na visão, na pele, dentre outras. Esse projeto tem como objetivos: elaborar uma cartilha focando práticas de qualidade na gestão cotidiana das atividades desenvolvidas pelos artesãos e moradores, e a aplicação do programa de qualidade 5s aos artesãos daquela área, orientando-os através da sua Associação, frente à gestão da qualidade dos processos de atividade profissional e da qualidade de vida.

Educação a Distância: comunidade virtual para estudantes com deficiência visual

No tocante à acessibilidade, vem sendo desenvolvido no Instituto o Projeto de Extensão "Educação, Autonomia e Acessibilidade para estudantes com deficiência visual: dificuldades e possibilidades no contexto da comunidade virtual do IFPE. O projeto irá propor ações e ferramentas para permitir melhor desempenho e garantir a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, inclusive através da proposição de práticas pedagógicas e da construção de recursos virtuais decorrentes das necessidades reais da comunidade virtual do IFPE e de investigações em outras IES.

Campus Garanhuns: profissionalizando associações comunitárias que produzem sabão ecológico

O projeto visa o aumento do número de famílias beneficiadas com o crescimento da comercialização de sabão ecológico produzido pela associação; conscientizando os consumidores da importância do uso de sabão ecológico, buscando a preservação e conservação do meio ambiente e a elaboração de um documento com a visão, missão, objetivo e estratégia da associação, além de capacitar o corpo discente na área de empreendedorismo, fortalecendo, assim, a Instituição junto à sociedade.

O Projeto consiste na qualificação e profissionalização dos empreendedores da associação do sabão Du Vale que produzem sabão ecológico na cidade de Garanhuns/PE, para busca de novos mercados, assim como adoção de posturas frente aos desafios atuais e futuros e desenvolver

lideranças empresariais.

Campus Ipojuca: educação ambiental e o reaproveitamento de plásticos

Desenvolver atividades de extensão articuladas com os resultados do projeto de pesquisa acerca do reaproveitamento de materiais poliméricos, abordando questões relacionadas à reciclagem de plásticos gerados no próprio *Campus Ipojuca*, bem como a promoção de ações de educação ambiental destinadas à conscientização da necessidade de mudanças de hábitos quanto ao consumo de materiais provenientes de fontes não renováveis, tanto por parte da comunidade escolar do *campus* como ações nas escolas do município de Ipojuca.

Os estudos realizados, na área de materiais, demonstram que, cada vez mais, os polímeros têm adquirido espaço e são um avanço considerável na logística e na engenharia. É necessário, portanto, que se tenha a intensificação das pesquisas em relação ao impacto ambiental por eles causado. O projeto baseia-se na conscientização da comunidade do *Campus Ipojuca* sobre a urgência de cuidar do meio ambiente, evitando o descarte de produtos recicláveis e reduzir os índices de poluição.

Campus Recife: Preservárzea - Educação Ambiental na comunidade da Várzea

Com atuação na comunidade da Várzea, desde 2009, através de uma equipe multidisciplinar de extensionistas, há o desenvolvimento de ações na área da Educação Ambiental. Conscientizar e despertar à pesquisa e atuar na perspectiva da sustentabilidade. Há a sensibilização de integrantes da comunidade para uma conscientização sobre poluição, higiene e preservação, através de oficinas de reciclagem e palestras, abordando o tema da Educação Ambiental, envolvendo estudantes, docentes e técnico-administrativos sobre essa temática. Além disso, o projeto, esse ano, atendeu ao Lar Fabiano de Cristo, uma ONG, que está naquele bairro com atividades educativas sobre o meio ambiente, hortas comunitárias, cine verde, reeducação alimentar, entre outras atividades.

Campus Vitória: recuperação de matas ciliares e ambientes degradados por meio da transferência de tecnologias sustentáveis.

No final de dezembro de 2012, o Campus Vitória teve esse projeto aprovado pela Coordenação de Extensão, assim como pelo Ministério do Meio Ambiente. Prevê a produção de 200 mil mudas, nativas e frutíferas, visando à recuperação de áreas nas comunidades de agricultura familiar, do município de Vitória. Serão realizadas 82 oficinas nas 41 comunidades, engenhos e assentamentos. Ainda serão confeccionadas cartilhas para serem distribuídas às Secretarias de Agricultura dos municípios circunvizinhos. Todo o processo de mapeamento das comunidades e articulação para as oficinas está sendo realizado com a colaboração de lideranças rurais e com a participação do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.

No projeto há uma constante dinâmica de valorização da área, promovendo alteração da superfície à profundidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a socialização dos saberes e o aprimoramento da qualidade dos Projetos de Extensão são dimensões articuladoras do ensino e da pesquisa e que necessitam de um olhar mais atento para se perceber essa importância e necessidade no contexto acadêmico. Os resultados das políticas de Extensão do Instituto Federal, parcialmente representado neste artigo, são frutos do esforço permanente dos docentes, servidores técnico-administrativos e alunos, que descortinam possibilidades às comunidades, principalmente em que estão inseridos.

A implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional, em 2010, assegura as ações de Extensão e cumpre, dessa maneira, a responsabilidade social do IFPE. Os investimentos do Instituto Federal contribuíram para o incremento das atividades da Extensão, nos âmbitos interno e externo do IFPE, pois não se restringiram à criação de projetos e, sim, de fomento a uma política institucional em sintonia com as políticas públicas. Aumentou-se o número de bolsas, projetos e programas, transformando a dimensão num território privilegiado do social, do cuidado e da aplicação empírica do conhecimento.

É o retorno à sociedade de seus investimentos, destacadamente às comunidades não hegemônicas, das atividades de mulheres e homens, dos trabalhadores brasileiros. Dos esforços de educadores e educandos na permanente busca do conhecimento, da ampliação do espaço de aprendizado, das vivências, onde muitos são filhos e moradores das comunidades atendidas. É o desdobramento da missão institucional em nobres atuações e papéis destinados ao ato de educar e de trocar sabedorias.

Curiosamente, o batismo da revista vem de uma das ações pensadas com fôlego de transformar a realidade local por onde passavam, as “Caravanas de Extensão”. Surgida em 2009, no município de Barreiros. Naquele período de cheia, fizemos uma ação de cuidado, cidadania e autoestima. Cuidamos dos profissionais de saúde que precisavam atuar com os demais. E, após quatro anos, foram 8 caravanas. A Extensão se vincula à tarefa de construção de um país mais justo, menos excludente, mais igualitário e democrático. Um compromisso da Instituição que envolve docentes, técnicos administrativos e estudantes com a sociedade. A Extensão é vinculada a um projeto político transformador que se deseja à sociedade.

Pensa-se, portanto, que o grande desafio, atenda a qualificação dos estudantes, também, transformados em agentes de intervenções e de reflexões. Conferindo aos *campi* o papel de protagonistas nas ações na perspectiva de atuar em mudanças sociais oriundas de seus projetos e ações, a partir do conjunto de políticas gestadas na Pró-Reitoria de Extensão em sintonia com as coordenações/diretores nos *campi* e as emanadas pela Setec/Mec. Observando o trabalho dos alunos e identificando as dificuldades/necessidades das comunidades atendidas, abrem-se possibilidades de interferência coletiva e construtiva para se consolidar um modelo de sociedade mais equânime. Aprender a lidar com as diferenças vivenciando-as, possibilitar o direito e a saudável convivência com o diferente.

Identificar, paulatinamente, como as mudanças ocorrem, a partir da intervenção pedagógica

nas comunidades, permite à Instituição explorar o potencial de seus jovens, possibilitando-lhes a compreensão e a vivência do ser humano, na constituição de uma Educação inclusiva. A inclusão apoiada em acordos internacionais, como a Declaração de Salamanca, do Estatuto do Homem, do poeta Tiago de Melo, das condições de saneamento, educação, saúde e moradia preconizadas pelas Nações Unidas – ONU.

Essas reflexões ressaltam a necessidade de centralizar a sustentabilidade cultural, como premissa para o desenvolvimento local e a cultura como diferencial. Cabe, portanto, às comunidades reconhecerem a relevância da dimensão cultural e apropriarem-se dessa noção, com o objetivo de se tornarem protagonistas no processo de desenvolvimento local. Estabelecer uma relação mais próxima com o Ensino e a Pesquisa, na perspectiva de um desenvolvimento com sustentabilidade cultural, compreendendo a Extensão, ainda, como prática que proporciona questionamentos teóricos e se configura, também, como dimensão de investigação.

REFERÊNCIAS

- CALDERÓN, A. I.; SANTOS, S. R. M.; SARMENTO, D. F. (Orgs). Extensão Universitária: uma questão em aberto. São Paulo: Ed. Xamã, 2011.
- CALLOU, A. B. F. Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa / Angelo Brás Fernandes Callou, Maria Salett Tauk Santos. - Recife: FASA, 2013.
- CANCLINI, N. G. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos, 1997.
- FRANCO, A. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? 2.ed. Brasília-DF: Instituto de Política, 1998.
- FREIRE, P. Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 2002.
- JARA, Extensão Universitária: um laboratório social. São Paulo: Edusp, 2002.
- LOUREIRO, C.; CALLOU, A. B. F. “Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano” (Brasil). <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122007000200008> . Acessado em 25/05/2013.
- MARTÍN-BARBERO, J. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARTINELL, A. Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. UNESCO: Brasil 20003.
- MENDONÇA, N. A. Pedagogia da Humanização: A pedagogia humanista de Paulo Freire. (Coleção Pedagogia e Educação). São Paulo:Ed. Paulus, 2008.

MOITA, F. M.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-Pesquisa-Extensão: um exercício de indissociabilidade na Pós-Graduação. Publicado SciELO. Acessado em 20.07.2013.

NEVES, L. M. W. São Paulo: Ed. Cortez, (*Coleção Questões de Nossa Época*): vol.36, 2008.

PERUZZO, C. Comunicação nos movimentos populares. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: ecologia e desenvolvimento 1972 -1992. In: MAIMON, D. (org.). *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

SANTOS, C. S. Políticas de Comunicação Rural nos anos 90. Recife: Ed. Imprensa Universitária, 1997.

SANTOS, C. S.; MELO, S. G. P. Identidade e reflexão sobre gênero: projeto Mulheres Mil e o resgate da cidadania de mulheres das classes populares na periferia do Recife. *Revista Cientec*, Ed. 3, 2011.

TAUK, S. M. S. Comunicação rural velho objeto, nova abordagem, mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, M. L. V.; FRAU-MEIGS; TAUK, S. M. S. *Comunicação e informação: identidades sem fronteiras*. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.